Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Recursos Humanos
Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais
Coordenação-Geral de Elaboração, Sistematização e Elaboração das Normas

NOTA TÉCNICA Nº- 621/2009/COGES/DENOP/SRH/MP

ASSUNTO: Pagamento da GDPST (Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho) aos servidores inativos na mesma pontuação devidas aos servidores ativos.

Referência: Processo nº [REDACTED]

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A presente Nota Técnica visa fornecer subsídios à Procuradoria-Regional da União do Estado do Rio Grande do Sul, quanto à incorporação da Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho – GDPST aos proventos de aposentadorias, com vistas à defesa da União na Ação Ordinária nº [REDACTED].

ANÁLISE

2. O presente processo originou-se da Ação Ordinária nº 20 [REDACTED] ajuizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Federal da Saúde, Trabalho e Previdência no Estado do Rio Grande do Sul, na qual pleiteia o pagamento da Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho – GDPST aos inativos e pensionistas, na mesma pontuação devida aos servidores ativos.

3. Sem entrar no mérito das alegações apresentadas pelo impetrante, devemos observar que a Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho – GDPST foi instituída pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, sendo devida aos servidores integrantes da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, a partir de 1º de março de 2008, em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional do respectivo órgão e da entidade de lotação.

4. A GDPST teria como limites a pontuação mínima de 30 pontos e a máxima de 100 pontos por servidor, cabendo ao Poder Executivo editar ato dispondo sobre os critérios

gerais a serem observados para a realização das avaliações de desempenho institucional e individual. (§7º, incluído pela Lei nº 11.907, de 2009, ao art. 5º-B da Lei nº 11.784, de 2008).

5. Com relação à pontuação referente à GDPST, o art. 5º-B, da Lei nº 11.784, de 2008, dispõe:

“(…)

§ 2º A pontuação referente à GDPST será assim distribuída:

I - até 20 (vinte) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até 80 (oitenta) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.”.

6. Ainda sobre a pontuação da referida gratificação, a Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, inclui no art. 5º-B, da Lei nº 11.784, de 2008, o §11 que estabelece:

“§ 11. Até que seja publicado o ato a que se refere o § 8º deste artigo e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores que fazem jus à GDPST, perceberão a referida gratificação em valor correspondente a 80 (oitenta) pontos, observados o nível, a classe e o padrão do servidor”.

7. No caso dos servidores aposentados e dos pensionistas, a incorporação observa os seguintes critérios:

“§ 6º Para fins de incorporação da GDPST aos proventos de aposentadoria ou às pensões, serão adotados os seguintes critérios:

I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, a GDPST será:

a) a partir de 1º de março de 2008, correspondente a 40% (quarenta por cento) do valor máximo do respectivo nível; e

b) a partir de 1º de janeiro de 2009, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor máximo do respectivo nível; e

II - para as aposentadorias e pensões instituídas após 19 de fevereiro de 2004:

a) quando aos servidores que lhes deram origem se aplicar o disposto nos arts. 3º e 6º da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda Constitucional no 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-ão os percentuais constantes do inciso I deste parágrafo; e

b) aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das aposentadorias e pensões, o disposto na Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004.”

8. Destarte, verifica-se que a Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho – GDPST é concedida ao servidor em decorrência do trabalho a ser desenvolvido, ou seja, está atrelada ao desempenho das atribuições do cargo ocupado pelo servidor e pelo desempenho do seu órgão de lotação. Deve-se destacar, que o fato da gratificação não ter sido regulamentada, não lhe retira esse caráter singular e nem a torna uma gratificação geral ou linear.

9. Convém ressaltar, que as jurisprudências dos Tribunais Superiores determinam a aplicação do art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, abaixo transcrito, **apenas às gratificações de caráter geral ou genérico, que estão atreladas ao cargo e não ao servidor**, situação que não se encontra caracterizada no caso em análise.

Art. 7º Observado o disposto no [art. 37, XI, da Constituição Federal](#), os proventos de aposentadoria dos servidores públicos titulares de cargo efetivo e as pensões dos seus dependentes pagos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, em fruição na data de publicação desta Emenda, bem como os proventos de aposentadoria dos servidores e as pensões dos dependentes abrangidos pelo art. 3º desta Emenda, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.

10. Com efeito, concluí-se que a extensão da GDPST aos servidores inativos decorre de ato de vontade do legislador e não de imposição constitucional, em vista da sua característica personalística.

CONCLUSÃO

11. Portanto, o entendimento dessa Secretaria de Recursos Humanos é de que a Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho – GDPST é concedida ao servidor em decorrência do trabalho desenvolvido, estando atrelada ao desempenho das atribuições do cargo pelo servidor e pelo desempenho do seu órgão de lotação, não podendo ser incorporada aos proventos de aposentadoria ou às pensões em formato diferente do estabelecido no art. 5º-B da Lei nº 11.784, de 2008.

12. Diante do exposto, submetemos o assunto à apreciação das instâncias superiores, sugerindo a restituição dos autos à Procuradoria-Regional da União no Estado do Rio Grande do Sul, conforme solicitação da Consultoria Jurídica deste Ministério, com a urgência que o caso requer em face do prazo concedido à fl. 01.

Brasília, 27 de novembro de 2009.

MÁRCIA ALVES DE ASSIS
Agente Administrativo

LUIZA HELENA BARRETO NUNES
Chefe da DIORC

De acordo.
À consideração superior,

Brasília, 27 de novembro de 2009.

VANESSA SILVA DE ALMEIDA
Coordenadora-Geral de Elaboração, Sistematização e Aplicação das Normas

Aprovo.
Encaminhe-se à Procuradoria-Regional da União no Estado do Rio Grande do Sul, conforme proposto.

Brasília, 27 de novembro de 2009..

VALÉRIA PORTO
Diretora do Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais-Substituta